

DESAFIOS DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA¹

DEMOCRACY CHALLENGES IN LATIN AMERICA

*Cecilia Pires*²

Recebido em: 08/2019

Aprovado em: 10/2019

Resumo: O presente artigo analisa e debate o que ainda está a desafiar a efetividade da democracia, no continente latino-americano, no corte deste século. Seja do ponto de vista cultural, ou filosófico-político, há etapas a serem vencidas e avanços a serem conquistados, no âmbito das mentalidades. As questões de valor e não-valor, na perspectiva ética, têm um papel central nesse debate.

Palavras-chave: Democracia. América Latina. Desafios. Colonização. Mentalidades.

Abstract: This article analyzes and debates what is still challenging the democracy effectiveness in Latin American at the cutting of this century. Whether from a cultural or a philosophical-political point of view, there are stages to be overcome and advances to be achieved within the mentalities. Valuable and non-value issues, from an ethical perspective, play a central role in this debate.

Keywords: Democracy. Latin America. Challenges. Colonization. Mentalities.

Os caminhos

Este artigo tem a intenção de situar o vivido na América Latina, como condição de entendimento da história, para que possamos apresentar desafios, na atualidade, recorrendo a pensadores que se dedicaram à compreensão das nossas singularidades, como povos e nações colonizadas.

¹ Texto da Palestra apresentada no encontro da ANPOF, em outubro de 2018, Vitória-ES.

² Pós-doutora na área de Filosofia Política em Paris I-Sorbonne. Doutora em Filosofia, na área de Filosofia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como Professora e Pesquisadora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Trabalhou como Pesquisadora na área de Filosofia Política, no Programa de Pós-Graduação em Direito na IMED-Passo Fundo. É membro do Grupo de Trabalho Ética e Cidadania/ANPOF. Atualmente, trabalha com Consultorias e Assessorias nas áreas de Ética e Filosofia Política. Mantém uma página profissional no facebook: - Professora de Filosofia. Consultora em Ética e Filosofia Política. Membro fundador do GT/ANPOF Ética e Cidadania. E-mail: pirescecilia@gmail.com, <https://www.facebook.com/ceciliaphilos/?pnref=lhc>

Democracia requer caminhos percorridos nas conjunturas sociais organizadas. Na América Latina, esses caminhos foram palmilhados com sobressaltos, lacunas, resistências e dominação. De modo especial, no que se refere aos poucos períodos de experiência democrática, é imprescindível observar que as instâncias da necessidade não foram superadas de modo concreto, prático, o que acarretou inconformidades e alargou os territórios de crise.

Esta experiência referenciada às ações humanas traz em si a característica da fragilidade, que não será encerrada numa circularidade hermenêutica ou histórica. É algo que se está sempre experimentando como prática, como utopia, como forma de poder, como método de governabilidade, com uma grande tônica de provisoriedade. Em tudo isso, faz-se necessário o entendimento da experiência democrática para que haja o fortalecimento da racionalidade ética e da prática de cidadania, ou seja, prática de participação de sujeitos coletivos, como atores da cena política.

Em nosso continente latino-americano, devido à história de colonização, foi muito longo o processo inicial de libertação. Passou-se por muitos e diversos custos políticos e lacunas éticas, de modo a dar uma configuração a essa parte do globo, como um conjunto de nações oprimidas e servis ao colonizador.

Nessa configuração, a luta por nações democráticas em nosso continente produziu vítimas e algozes na polarização intensa entre os conteúdos próprios de dominadores e dominados. Houve, é certo, transfigurações culturais resultantes das mudanças referidas, em que os povos atingidos pelas novas tecnologias produziram seus saberes, a partir dessas compreensões, na resistência ao domínio colonial. No viés dessa modernização, alguns acúmulos de sobrevivência econômica e política aconteceram.

Darcy Ribeiro, ao analisar a cultura latino-americana, no seu componente ibérico, acentua a importância de se pensar uma teoria da evolução, baseada na nossa experiência de povos extra europeus. Seria a forma de corrigir os limites de uma perspectiva eurocêntrica, entendendo os europeus como variantes do fenômeno humano.

Refere, a partir de seus estudos:

O esquema conceitual que elaboramos baseia-se na redefinição de uma série de conceitos e sua integração na forma de uma teoria explicativa geral, embora larval. A diretriz fundamental reside no reconhecimento de que a evolução sociocultural pode ser reconstituída com base em uma série de revoluções tecnológicas que geram múltiplos processos civilizatórios, que deram origem a várias formações socioeconômicas ou socioculturais. Neste contexto, as revoluções tecnológicas consistem em transformações

prodigiosas nas técnicas produtivas que, uma vez amadurecidas, geram antagonismos com as formas anteriores de associação e com os corpos ideológicos vigentes, provocando mudanças sociais e culturais, tendentes a refazer os modos de ser e de pensar das sociedades por eles afetadas³.

No século XX, especialmente, as escassas tentativas para enfrentamento do grande capital resultaram no sufocamento e na eliminação de lideranças revolucionárias, de modo que as condições para o fortalecimento autoritário se apresentaram, inequivocamente. A grande maioria dos países da América Latina sofreu a força de governos ditatoriais, aniquiladora de segmentos rebeldes e contestadores. Nossa América do Sul viveu a avalanche militarista como reação a propostas de governabilidade libertária e com propósito de maior participação popular. Sentindo-se contrariado, os EUA intervieram na política interna de nossos países e se apresentaram como guardiães do progresso e da paz, de modo prepotente. Aliás, como continuam fazendo neste século.

O ponto de vista do fazer filosófico-político

Desde a âncora da Ética situa-se a questão dos valores relacionados com a Filosofia Política e com a cidadania. Neste momento do século XXI, há necessidade de pensarmos sobre o tempo da escassez que estamos vivendo, uma etapa singular de indignação, se analisarmos os modelos econômicos que atingem o bem-estar do cidadão.

Esta escassez instaura a violência. E a violência atinge os valores, que balizam o convívio social entre as nações e os sujeitos. Se o sujeito é nobreza, existência, cultura, sociedade, cidadania, ele é também conflito e imoralidade. Esse dado antinômico encarnado na subjetividade, aparece na transparência bruta da moralidade normativo-jurídica, no interior de países ou continente, atingindo os projetos libertários.

Situações como essas nos levam a refletir acerca do diferente, que conduz à competência de pensar diferenças. A dialética nos auxilia nessa dinâmica. O pensar por contradição referido ao momento contemporâneo, pode nos fazer analisar a experiência da democracia, nessa temporalidade, em que a intenção positivista-pragmática do Estado liberal traça coordenadas para a valoração do ato político, como ato de emancipação e cidadania.

Do ponto de vista do fazer filosófico, a razão ética comparece como uma fala da

³ RIBEIRO, Darcy. La Cultura Latinoamericana. IN: ZEA, Leopoldo. *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 110. (Tradução nossa)

filosofia política, que insiste em ações de transformação amparadas na atividade teórica do filosofar. É próprio dessa razão ética contribuir para a construção teórica que acolhe as exigências sociais. Uma filosofia de compromisso se estabelece, no engajamento com as questões sociais e econômicas.

Ao pensarmos em razão ética como contraponto da violência, não podemos deixar de referenciar a ética da necessidade, que representa a experiência da escassez, produto do Leviatã, administrador da guerra de todos contra todos. Esta ética da necessidade lida com a escassez de modo oportunista, em que a situação de carência leva os pobres a se agredirem mutuamente, espetáculo de má consciência e de má-fé (se pensarmos nos conceitos de Hegel e Sartre). É evidente que esse subproduto do Estado não estimula pensar por contradição, antes permite o fortalecimento do individualismo que reitera a experiência da alienação.

Inúmeras questões podem ser apresentadas na dinâmica do fazer filosofia como um fazer de compromisso. O que é uma sociedade justa? Como deveria acontecer a cidadania nessa sociedade? As questões levam-nos a identificar dois momentos para análise: o primeiro é o lugar do mundo macroético, que toma dimensões planetárias. É a dimensão na esfera pública da ação moral que estabelece o conjunto de valores éticos no espaço das decisões coletivas; o segundo resulta do mundo microético, o lugar das singularidades, em que as nacionalidades localizadas se explicitam. Esses mundos éticos produzem tensões, gerando divergências face aos mecanismos do poder de Estado, dificultando o objetivo de uma sociedade justa.

A perspectiva do fazer filosófico, congregando valores éticos, trabalha com a dinâmica de modelos de pensamento, com mudanças culturais e com pluralidades de mentalidades, a partir das ideologias assumidas. Essas dinâmicas alimentam-se com as categorias de valor e não-valor. Tudo isso aponta para uma filosofia de ação, cuja racionalidade se explicita, ora na razão dominadora, ora na razão emancipatória, racionalidades que se confrontam em nossa América Latina.

Como agir? Surge a ideia da ação imediata, objetivando legitimidades de procedimentos e a definição de horizontes mediatos, em que as ações se estabelecem contra as atitudes de aniquilamento, nas circunstâncias culturais e históricas existentes. Parte da América Latina viveu resistência e ousadia.

A democracia aqui vivida propôs-se como via de construção de cidadania, nos marcos da emancipação ética, voltando-se contra a hegemonia dos colonizadores, polarizaram-se as questões nacionais, regionais e mundiais. É o momento da reinvenção dos povos dominados,

estranhos a si mesmos.

Se as condições da razão ética possibilitam a superação da violência e da barbárie, é preciso fortalecer essa razão, como ação estratégica capaz de enfrentar a razão do poder dominador. Neste caso, a utopia a ser construída estabelece cumplicidades entre os oprimidos, de modo a desestabilizar os quadros lógicos dos opressores, superando as atitudes individualistas. Uma nova Ordem Social pode ser pautada, tendo em vista uma Declaração dos Direitos dos Oprimidos.

Uma compreensão libertária para fortalecer a democracia

A forma como a América Latina se constituiu em estados foi diferente do ocorrido na Europa. Lá, as nações criaram o Estado, enquanto que na América Latina, os semi-estados, ao se modelarem, modelaram a sociedade nacional. Tratou-se de concepções de poder, poder de Estado e poder da Sociedade. Assim, nossas repúblicas não floresceram construindo uma base social, capaz de conduzir à autonomia. A organização estatal se sobrepôs aos elementos nacionais, como um artifício.

O Estado constrói uma relação de poder na realidade nacional, estabelecendo o enfraquecimento das relações genuínas entre as culturas dos povos, administrando relações de mercado. Tivemos, pois, problemas na organização das massas, na forma como os trabalhadores exerceram sua cidadania e no descolamento entre a democracia política e a democracia econômica.

Nos países de colonização espanhola, a dimensão entre o nacional e o popular foi mais efetiva do que no Brasil. Aqui, esta relação ficou distante do povo, deixado por longo tempo na ignorância e ausente da participação política-cidadã. Esta relação tem uma história acidentada, uma vez que as ideias socialistas e as ideias populistas, devido às suas idiossincrasias, tiveram dificuldades em realizar alianças dentro de uma história misturada com os aspectos populares da revolução burguesa. E ainda hoje se observam traços que evidenciam essas crateras, tanto na teoria quanto na prática.

Em todo caso, do ponto de vista de um pensar libertário, cabe referência às ideias de Enrique Dussel, quando ele afirma: “A libertação é o próprio movimento metafísico ou transontológico pelo qual se ultrapassa o horizonte do mundo. É o ato que abre a brecha, que

fura o muro e se adentra na exterioridade insuspeitada, futura, nova da realidade”.⁴

Como abrir essa brecha nos lugares em que a dominação perdurou e perdura, mantendo uma situação de dependência econômica? Trata-se de questionar a forma como os poderes se organizaram no âmbito da sociedade civil e do Estado. Pensamos que, para demarcar um lugar de referência ética, a sociedade civil latino-americana necessita se pensar, a partir de elos intersubjetivos, que se vinculem às experiências interculturais qualificadas, no horizonte da compreensão libertária, de modo que a cidadania se explicita no cotidiano desta historicidade. O horizonte hermenêutico da latinidade ainda é um projeto a ser consolidado com mais atenção. Este é um dos grandes desafios da filosofia, em nosso continente.

Os elementos próprios de um pensar dialético se harmonizam com as compreensões de uma vida pública, na qual faz-se necessário pensar pelas contradições instaladas nas territorialidades geográficas e culturais. Há os rostos interpelando os atos públicos e exigindo cuidado com os direitos fundamentais e com os procedimentos que avançam na ação libertária.

Dussel nos ajuda nessa questão:

Para que se revele o rosto histórico biográfico na justiça, é necessário mobilizar as instituições, as funções, a totalidade sistematizada. Permitir que apareça o rosto interpelante exige desapropriar o possuidor do sistema, a fim de que o homem definido como parte se revele. A desfixação das funções exige relançar o sistema como totalidade numa mobilização dialética que deixe a pessoa em liberdade.⁵

Essa liberdade requer que os dominados organizem a contra-hegemonia, de modo a ser articulada uma outra racionalidade, cuja pertinência histórica permita a expressão da razão ética emergente, capaz de enfrentar as atitudes de dominação.

Para isso, é preciso ratificar a importância dos intelectuais orgânicos que podem contribuir com seu fazer filosófico, afirmado no simbólico de uma cultura. Os meandros das significações de felicidade, liberdade, justiça e paz, para ficarmos nas mais evidentes demarcações intersubjetivas e universais, permitem interpretações que conduzam e estimulem um processo de libertação, como totalidade ética. Essas demarcações facilitarão o diálogo entre as culturas dominadas, de modo a permitirem coincidências entre os povos considerados excluídos, embora não submissos face aos dominadores. Será essa a mobilização dialética

⁴ DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 67.

⁵ DUSSEL, Enrique. Op. cit, p. 68.

proposta por Dussel.

Ao habitante latino americano coube essa tomada de consciência necessária, para que se entendesse como um sujeito habitante de um lugar, sem fazer parte de uma universalidade artificial, considerando-se alguém que é capaz de pensar com propriedade e interagir com as diferenças, sem perder a originalidade de seu ser histórico.

Leopoldo Zea é enfático em sua afirmação:

O homem ocidental e a cultura ocidental não são mais que uma expressão do homem enquadrada numa absurda pretensão de universalidade. O homem da América, por sua vez, arrancou de si mesmo a máscara em que ocultava o humano por excelência, a máscara que seu sentimento de ser menos que um homem lhe havia feito adotar. Antes que mexicano, argentino, chileno ou o que se queira, era um homem. Um homem em situação, numa determinada circunstância, mas um homem sem mais. O europeu havia se encontrado com sua humanidade na dor e na solidão; o americano, subordinado por séculos a outras expressões do humano, já conhecia desta dor e solidão. A dor e a solidão, como a alegria e outros sentimentos próprios do homem, eram comuns a todos os homens, através deles os homens se encontravam e se reconheciam⁶.

A forma de reconhecimento atesta a importância da brecha a ser feita em muros culturais de fronteiras determinadas por visões centralistas. Afinal, a construção do sujeito e de seus processos de transformação aceleram procedimentos que rompem com lógicas reducionistas, as quais permitem que sejam postulados lugares e pessoas competentes em detrimento de quem pensa a diferença. Há que enfrentar os óbices interpostos pelos donos das coisas, que se pretendem igualmente donos das mentes e dos destinos dos povos.

A ideia de nós americanos, como os outros, não europeus, fundamenta-se ou espelha-se numa teoria discursiva, a qual sempre está vinculada aos valores dos povos latino-americanos ou hispano-americanos, por referência ao eurocentrismo.

Arturo Roig nos ajuda a entender essa dimensão da nossa história:

O conquistador europeu, o filho do conquistador e posteriormente o filho do colonizador, nascidos na América, afirmaram cada um uma unidade desde uma diversidade que lhes era própria e, por isso mesmo, desde distintos horizontes de compreensão. [...] Neste processo é necessário reconhecer formas de endogenia dados conjuntamente com o surgimento daquele sujeito, dentro da conflitiva marcha dos grupos sociais em nossa América⁷.

⁶ ZEA, Leopoldo. *A Filosofia Americana como Filosofia*. Tradução de Werner Altmann. São Paulo: Pensieri, 1994, p. 107-108.

⁷ ROIG, Arturo. *Teoria y crítica del pensamiento Latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981,

O autor nos indica que os elementos originários que interferiram no processo de colonização na América Latina, na esteira do Novo Mundo, expressam o formato cultural assimilado pelos descendentes dos colonizadores, de modo que os povos aqui habitantes sofreram esse processo na formação cultural, na criação de nossos valores e na formação de nossa mentalidade. Tudo isso responde pelo modo como nos organizamos social e politicamente e como aprendemos a lidar com as condições de diferença e proximidade.

No momento atual, em que os sujeitos peregrinam pelo mundo em barcos ou como andarilhos em busca de um lugar para viver, solicitando acolhida e ajuda, as fronteiras do mundo se alargam premidas pela necessidade de compreensão do que está ocorrendo.

Quem deve acolher? Quem precisa de acolhida? Em nome de que se pode virar as costas para os imigrantes que deram uma nova configuração para os conceitos de Ocidente e Oriente?! Qual modo de conviver e partilhar se faz urgente nessa etapa da globalização mitigada para os pobres?! Temos muitos desafios.

Os Desafios Democráticos do Continente Latino-americano

Podemos alinhar alguns desafios a serem enfrentados, para recompor a democracia em nosso Continente. O primeiro deles situa-se no fortalecimento de mentalidades autônomas, o segundo envolve o trabalho do intelectual orgânico atuando na formação da consciência popular-nacional e o terceiro foca no re-ordenamento político e econômico, no enfrentamento de agremiações partidárias esvaziadas.

Vive, hoje, a democracia sob o espectro de uma crise de representatividade. Às expensas das majorias, construiu-se a hegemonia das minorias. O capitalismo, sempre presente, procura apaziguar conflitos para manter um esboço democrático de modo a uniformizar um projeto nacional, de acordo com os paradigmas do bloco hegemônico.

Democracia é, antes de tudo, uma mentalidade que se efetiva no convívio com os demais cidadãos.

Alejandro Caldera comenta:

É por isso que a democracia antes e mais que um sistema político é a filosofia dos limites e a legitimação do poder, todos os outros vêm por acréscimo: a lei, as instituições, a separação de poderes, as formas

processuais legalmente estabelecidas para exercer o poder, os sistemas políticos e outras formas legais e institucionais que regulam o comportamento do Estado⁸.

O fortalecimento de mentalidades autônomas, capaz de pensar a democracia como a *filosofia dos limites*, para trazer a expressão de Caldera (2004), pode contribuir para que os oprimidos se organizem, estrategicamente, repensando modelos de Estado, em vista das questões da sociedade civil, nos limites do poder político, com perspectivas de ampliação do poder econômico.

Quem são os novos sujeitos da sociedade civil? Quem deseja a reforma do Estado? Como redimensionar a sociedade civil? Que parâmetros seguir?

A forma pela qual os sujeitos deste tempo se organizam social e politicamente evidenciam um certo mal-estar do processo civilizatório. A sociedade de mercado arrumou a vida humana de forma estandardizada, que afastou a humanidade de si mesma, estimulando a competição que deságua numa dominação regulada, interdito para o fortalecimento da emancipação.

Desse modo, a importância da formação de mentalidades não panfletárias, culturalmente assentadas em valores e significações próprias, é a âncora inicial que poderá garantir uma crítica orgânica, que possa recompor o imaginário social afetado pela crise institucional de representatividade democrática⁹.

Superar uma consciência ingênua ou alienada é o movimento necessário a ser feito com vistas a pensar a nação no horizonte da organização popular, estimulando um juízo crítico. O central nesse desafio é o entendimento de que cabe aos sujeitos da sociedade civil traçarem os rumos da nacionalidade, ancorada nos direitos fundamentais, desconstruindo a arquitetura burocrática do Estado, que se apresenta como garantidor de direitos.

⁸ CALDERA, Alejandro S. *Razón, Derecho y Poder. Reflexiones sobre la democracia y la política*. Nicarágua: Hispamer, 2004, p. 29. (Tradução nossa)

⁹ Vale trazer, pela pertinência histórica, a importante contribuição de DI TELLA, Torcuato S. *Para uma política Latino-Americana*. Tradução de Abigail Pereira Nunes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p.115-116. “A capacidade de uma sociedade para reanalisar constantemente suas próprias estratégias, e de avaliar os processos de transformação que nela ocorrem, é um requisito indispensável para sua independência. Os intelectuais são os especialistas nesta tarefa, mas nem sempre a realizam adequadamente. Na América Latina, nossa condição periférica tem sido responsável por uma quase permanente desorientação de seus intelectuais, vítimas de um verdadeiro efeito de fascinação ante as luzes mais brilhantes da civilização europeia e norte-americana, o que os impede de ver o solo onde pisam. É claro que temos muitos técnicos, profissionais e numerosos especialistas dedicados à pesquisa científica e não falta inteligência, habilidade ou vontade de trabalhar. O fato de que todos estes grupos não estejam consolidados no que poderíamos chamar de *intelligentsia* altamente solidificada e prestigiada, constitui um dos pontos débeis, mais graves de nossa estrutura social. A ausência desta espinha dorsal contribui para dar às nossas equipes políticas reformadoras essa característica amorfa, desagregada, facilmente desbaratada e desorientada, que com razão leva muitos ao desespero”.

O Estado não constrói alianças com autonomia. Ao contrário, detém-se nos limites do legal. Usa o aparato burocrático para cumprir um papel gerenciador, distante das demandas políticas da sociedade civil. Esse domínio faculta que sujeitos internalizem suas falas de poder e se deixem perturbar pelo ordenamento sistêmico. É uma espécie de recusa à liberdade pública.

O reordenamento político e econômico depara-se com o populismo político¹⁰ e um certo assistencialismo financeiro, que está longe de ser emancipatório. Uma visão populista da governabilidade produz um conjunto de atrasos, de tal modo que os cidadãos ficam reféns de discursos e ações próprias dessa prática de gestão. A situação se agrava em tempos de escassez, produzindo uma subalternidade e mantendo os sujeitos em condições de menoridade pública.

Os sujeitos precisam ser convencidos da própria capacidade de pensar e agir, de acordo com os pilares da razão autônoma, resultando na compreensão crítica, capaz de avaliar práticas políticas e determinações econômicas dominadoras. A superação do populismo político e do assistencialismo econômico-financeiro precisa percorrer outros caminhos, diferentes da política clientelista. O desafio é construir uma forma de vida democrática, que capacite os sujeitos nas suas escolhas, de modo a torná-los protagonistas, sem os comandos da heteronomia.

Na configuração do mundo globalizado, a dimensão econômica está atrelada a uma rede de fluxos dos mercados financeiros, de modo que os governos dos países dependentes permanecem submetidos aos movimentos do capital, de tal sorte que impede a organização de políticas públicas direcionadas aos efetivos problemas de sua população. Os cidadãos se ressentem de serem guiados por ordens exteriores.

Yamandú Acosta contribui com sua análise:

A propósito da relação entre globalização e democracia, lembremos que uma das condições desta última é a *cidadania*, que implica na centralidade da vinculação ao Estado-nação sobre toda outra vinculação. A *crise do Estado-nação* como espaço de associação ou de definição da identidade, implica em consequência na *crise da cidadania*. Esta última como ligada ao nacional deixa lugar à emergência de outras vinculações de caráter local, que não respondem centralmente ao *ethos* político da cidadania tradicional, assim como tampouco as associações de ordem transnacional ou global que se

¹⁰ A referência ao populismo busca remeter às práticas clientelistas, cuja intenção é manter o cidadão condicionado a favores, oportunizando um utilitarismo político nefasto e distante de um processo de autonomia. A América Latina, em geral e o Brasil, em particular têm em sua história a vivência dessas práticas.

orientam, fundamentalmente, no sentido do *ethos* consumista¹¹.

O autor nos indica que os parâmetros da crise da cidadania estão moldados pelos patamares da crise vivida na estrutura do Estado, o que conflui na fragilidade da democracia, pelo viés da governabilidade. Desse modo, a tensão produzida por essas crises repercute na identidade política do cidadão, na medida em que o global interpela o nacional, segundo observações de Y. Acosta. A distância entre os nacionais e os globais se acentua, especialmente se for pensada uma cidadania para consumidores globalizados. A crítica se intensifica, de parte do autor, quando se associa a imagem do cidadão à figura do consumidor. Neste caso, até mesmo, um novo *ethos* se configura, por essas modelações do mundo globalizado.

Para pensarmos na cultura da democracia de modo amplo, é imprescindível considerar os sujeitos portadores de todos os direitos. Neste aspecto, devem ser considerados os direitos dos grupos, das minorias, dos gêneros em que avulta a questão dos preconceitos raciais e sexuais. Não pode ser esquecida, nessa cultura democrática, o respeito à natureza, envolvendo a ideia de desenvolvimento sustentável, exigência de uma cidadania planetária.

O pressuposto de tudo isso é a organização da sociedade civil, comprometida com estudos e ações para a superação de todas as formas de ódio, observando os interesses de todos os cidadãos e não apenas de um segmento social. A necessidade, talvez a mais urgente, é repensar o modelo de Estado e a forma de sua governabilidade, por tudo o que já foi referido.

O conjunto dos desafios enumerados, o fortalecimento das mentalidades autônomas, a consciência nacional-popular e o reordenamento político e econômico se alinham na perspectiva de pensarmos uma América Latina, reconstruindo a democracia. Esta reconstrução exige ir além dos paradigmas liberais, capaz de enfrentar este século globalizado, cuja crise de legitimação na governança atesta a urgência de redimensionar as agremiações partidárias.

A sociedade civil, envolvida com os propósitos dos Direitos Humanos, torna-se competente para construir políticas públicas e pensar em estratégias que cultivem a paz na experiência democrática.

¹¹ ACOSTA, Yamandú. *Sujeto y Democratización em el contexto de la Globalización. Perspectivas críticas desde América Latina*. 2005, p.133. (Grifos do autor. Tradução nossa)

Referências

ACOSTA, Yamandú. **Sujeto y Democratización em el contexto de la Globalización. Perspectivas críticas desde América Latina.** Montevideo: Ed.Nordan-Comunidad, 2005.

CALDERA, Alejandro S. **Razón, Derecho y Poder.** Reflexiones sobre la democracia y la política. Nicaragua: Hispamer, 2004.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação.** São Paulo: Loyola, 1987.

RIBEIRO, Darcy. La Cultura Latinoamericana. In: ZEA, Leopoldo. **Fuentes de la Cultura Latinoamericana.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ROIG, Arturo. **Teoría y crítica del pensamiento Latinoamericano.** México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

DI TELLA, Torcuato S. **Para uma política Latino-Americana.** Tradução de Abigail Pereira Nunes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ZEA, Leopoldo. **A Filosofia Americana como Filosofia.** Tradução de Werner Altmann. São Paulo: Pensieri, 1994.